



REPÚBLICA DE ANGOLA
---*---
PROVEDORIA DE JUSTIÇA

BROCHURA



PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PROVEDORES DE JUSTIÇA E MEDIADORES DE ÁFRICA (AOMA) PARA A ÁFRICA AUSTRAL

Conferência realizada no Hotel Avani, em Gaborone, República do Botswana, de 5 a 8 de Agosto de 2019

ÍNDICE

04 Nota conceitual

Visão geral.

05 Preâmbulo

06 Breves palavras do Representante da AOMA para a África Austral

Representante da AOMA para a África Austral e Provedor de Justiça da República do Botswana, Dr. Augustine N. Makgonastsothe.

08 Discurso de abertura

09 Provedores de Justiça, Membros da AOMA para a África Austral

Provedor de Justiça da República de Angola; Provedora de Justiça da República da África do Sul; Provedor de Justiça da República do Botswana; Provedor de Justiça da República do Lesoto; Provedor de Justiça da República de Moçambique; Provedora de Justiça da República do Malawi; Representante do Provedor de Justiça da República da Namíbia; Provedora de Justiça da República do Quênia; Provedora de Justiça da República da Zâmbia e Provedor de Justiça da República do Zimbabwe.

10 Intervenientes da Conferência

Representante da AOMA para a África Austral e Provedor de Justiça da República do Botswana, Dr. Augustine N. Makgonatsothe;

Ministro dos Assuntos Presidenciais, Governação e Administração Pública da República do Botswana, Dr. Nonofu Molefhi.

Presidente da Associação dos Provedores de Justiça e Mediadores de África (AOMA) e Provedora de Justiça da República da África do Sul, Dra. Busisiwe Mkhwebane;

Secretária Geral da Associação dos Provedores de Justiça e Mediadores de África (AOMA) e Provedora de Justiça da República do Quênia Dra. Florence Kajuju.

12 Desenvolvimento dos trabalhos

13 Discurso de encerramento

Discurso de encerramento, proferido pelo Provedor de Justiça-Adjunto da República do Botswana, Dr. Mr. William Seatle Keobame Moncho.

14 Foto de Família

15 Programa definitivo da Conferência

16 Comunicado de Imprensa

NOTA CONCEITUAL

1. Visão geral

A Associação dos Provedores de Justiça e Mediadores de África (AOMA) realizou a sua VI Assembleia Geral, em Kigali - Ruanda, no pretérito dia 30 de Novembro de 2018. Desta reunião, o Provedor de Justiça da República do Botswana foi eleito ao cargo de Representante da AOMA para a África Austral. O acto de eleição ocorreu no âmbito da reunião do Comité Executivo.

Fizeram parte do evento todos os membros da AOMA e os membros do Comité Executivo.

Fazem parte desta Região Austral, os Provedores de Justiça da República de Angola, da República da África do Sul, da República do Botswana, da República do Lesoto, da República de Moçambique, da República do Malawi, da República do Quênia, da República da Namíbia, da República da Zâmbia e da República do Zimbábwe.

Na qualidade de Representante para a África Austral compete-lhe incentivar os seus homólogos regionais a participarem das diversas actividades realizadas pela AOMA.

Consta, ainda, como responsabilidade do representante, incentivar a criação do desenvolvimento e a promoção dos Provedores de Justiça na Região da África Austral; prestar apoios necessários, tais como: a cooperação em actividades conjuntas, através da partilha de informações, formação técnica dos Provedores de Justiça e seus colaboradores, promover a boa governação, de acordo com os direitos humanos e a transparência administrativa, apoiar e promover a autonomia e a independência dos Provedores de Justiça; promover a associação e manter a cooperação com outros Provedores de Justiça, instituições e associações, bem como organismos Internacionais interessados no progresso das actividades dos Provedores de Justiça e dos direitos humanos.

PREAMBULO

Esta brochura resulta da participação na Primeira Conferência da Associação dos Provedores de Justiça e Mediadores de África, adiante designada por AOMA, para a África Austral, do Provedor de Justiça da República de Angola, Dr. Carlos Alberto Ferreira Pinto, subordinada ao tema: "Revitalização das instituições do Provedor de Justiça na África Austral", na República do Botswana, em virtude do convite formulado pelo Representante da AOMA para a África Austral e Provedor de Justiça do Botswana, Dr. Augustine N. Makgonastsothe.

A conferência ocorreu na cidade de Gaborone, de 5 a 8 de Agosto de 2019. Os membros da delegação, que acompanharam o Provedor de Justiça, foram o Dr. Jai Ventura, Director do Gabinete e a Dra. Yvelise Manuela da Costa Batalha Bettencourt Vilares, Consultora do Provedor de Justiça.

A conferência teve como objectivo analisar, entre outros assuntos, os que ainda persistem no seio dos membros da AOMA e, em especial, os problemas dos Provedores de Justiça da África Austral.

Com esta brochura pretende-se, alargar o conhecimento por parte dos cidadãos que acedem ao Provedor de Justiça e interessados sobre a agenda internacional do Provedor, no âmbito das competências a si atribuídas, tendo em vista à sua participação nas actividades da AOMA e outras, no contexto internacional, que venham a acontecer.

Resultou da colaboração possível da Dra. Yvelise Manuela da Costa Batalha Bettencourt Vilares, nomeadamente na recolha de informação sobre a conferência e na disponibilidade em esclarecer a agenda internacional do Provedor de Justiça, como meio significativo da sua função.

Um especial agradecimento devido é ao Senhor Provedor de Justiça e à Senhora Provedora de Justiça-Adjunta que, desde o início de funções, isto é, desde Janeiro de 2018, se propuseram honrar os seus mandatos, contando, sempre, com a colaboração de todos os actores da instituição, em prol do Estado e do cidadão.

Muito obrigado!

Jai Ventura

BREVES PALAVRAS DO REPRESENTANTE DA AOMA PARA A ÁFRICA AUSTRAL



Representante da AOMA para a África Austral, Dr. Augustine N. Makgonatsohe (ao centro)

Tendo em conta a necessidade de tratarmos assuntos pertinentes da AOMA, na qualidade de representante recentemente eleito para a África Austral, convimos realizar a primeira conferência, a fim de acautelar situações que ainda nos afligem, enquanto Provedores de Justiça.

O continente africano confronta uma multiplicidade de desafios relacionados com as questões económicas, políticas e sociais, apesar de ser considerado rico em muitos recursos, com capacidade para ultrapassar o quadro actual.

A figura do Provedor de Justiça é primordial no continente, considerando que desempenha um papel importantíssimo, o de constatar as principais preocupações do cidadão e permitir que o cidadão tenha um meio institucional independente e legítimo para apresentar as suas petições e reclamações sobre os seus direitos fundamentais nas diferentes vertentes da sua vida social, económica e mesmo política.

Todavia, há que sublinhar que o Provedor de Justiça é um órgão do Estado, embora eleito, na maioria dos casos pela Assembleia Nacional, é independente e tem como função principal promover a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, através de meios informais, para assegurar a legalidade da administração pública.

O Provedor é, essencialmente, um elo entre os cidadãos e o poder, não obstante não ter poder decisório, analisa as reclamações que lhe são apresentadas, emitindo recomendações e solicitações onde se torna necessário. Esta proximidade entre o Provedor de Justiça e o cidadão é como uma fonte de diagnóstico social para as demais instituições públicas e do Estado sobre as prioridades e maiores preocupações que afectam a vida dos cidadãos, primando por uma via democrática que vise garantir estabilidade e confiança nos órgãos do Estado.

A Associação dos Provedores de Justiça e Mediadores de África (AOMA) é uma associação fundamental para os Provedores de Justiça em África, sendo que oferece uma plataforma de troca de experiências entre os membros, como também capacitação, através do Centro de Pesquisa dos Provedores de Justiça Africanos (AORC) sediado em Durban, África do Sul, na Universidade do Kwazulo-Natal.

Portanto, analisando a realidade das associações africanas, há uma grande necessidade de unidade africana; de pan-africanismo, no sentido de haver mais solidariedade e lutarmos para uma só África.

DISCURSO DE ABERTURA



Ministro dos Assuntos Presidenciais, Governação e Administração Pública da República do Botswana, Dr. Nonfo Molefhi.

“Felicitos a todos os que foram eleitos aos novos cargos junto da AOMA, como Provedores de Justiça para desempenharem as funções ora indicadas. Saliento ainda que os Provedores de Justiça devem desempenhar as funções que vos foram incumbidas com honestidade e com eficácia.

A corrupção, sendo um dos maiores problemas em África, afectando principalmente os cidadãos, mas também atingindo a administração pública, os Provedores de Justiça devem salvaguardar a Constituição dos seus países na sequência das instituições que dirigem.

O Provedor de Justiça é uma instituição fundamental para a promoção da boa governação de um Estado de Direito e Democrático e de promoção dos direitos dos cidadãos, são pontos cruciais para garantir a democracia e fazer com que os cidadãos e o público, possam prestar apoio às demais instituições, cumprindo as suas recomendações.

Muito obrigado a todos. Com estas palavras dou por aberta a conferência”.

PROVEDORES DE JUSTIÇA E MEMBROS DA AOMA PARA A ÁFRICA AUSTRAL



Primeira fila, da esquerda à direita: Secretária-Geral da AOMA e Provedora de Justiça da República do Quênia, Dra. Florence Kajuju; Ministro dos Assuntos Presidenciais, Governação e Administração Pública da República do Botswana, Dr. Nonfo Molefhi; Presidente da AOMA e Provedora de Justiça da República da África do Sul, Dra. Busisiwe Mkhwebane; Tesoureira da AOMA e Provedora de Justiça do Malawi, Dra. Martha Chizuma Mwangonde; Representante da AOMA para a África Austral e Provedor de Justiça da República do Botswana, Dr. Augustine N. Makgonatsohe, Presidente da I.O.I África e Provedora de Justiça da Zâmbia, Dra. Caroline Sokoni.

Segunda fila, da esquerda à direita: Representante do Provedor de Justiça da Namíbia, Miss Ingrid Olga Husselmann; Provedor de Justiça da República de Moçambique, Dr. Isaque Chande; Provedor de Justiça do Reino do Lesoto, Dr. Leshele Thoahlane; Provedor de Justiça da República de Angola, Dr. Carlos Alberto Ferreira Pinto; Comissário para os Direitos Humanos do Zimbabwe, Dr. Elasto Hilarius Mugwadi e o Provedor de Justiça da Polícia do Cabo Ocidental, Dr. J.J. Brand.

INTERVENIENTES DA CONFERÊNCIA



**Presidente da AOMA e Provedora de Justiça da República da África do Sul,
Dra. Busisiwe Mkhwebane**

“O dia de África é muito importante, tendo em conta ser o dia do nosso continente. Foi o dia em que os Chefes de Estados Africanos se reuniram em Adis-Abeba, Etiópia, em 1963, para identificar os desafios do continente, com vista a desencadear mecanismos para erradicá-los, dando origem à Organização de Unidade Africana, referenciada como U.A. desde 2002.

Os Chefes de Estados que se reuniram no referido dia, para a criação deste órgão continental, apontaram o silêncio político e económico como um dos impedimentos ao desenvolvimento do continente africano, como também a dependência do continente do colonialismo. No entanto, a missão inicial do objectivo foi a integração política e económica entre os estados membros, para erradicar o colonialismo.

Ainda assim o continente continua a enfrentar desafios, tais como: a pobreza, a dependência do apoio externo, a exportação de recursos, conflitos, falta de saúde, de educação e má governação.

A fim de combater estes males a Comissão da U.A. desenvolveu uma agenda ambiciosa de desenvolvimento até ao ano de 2063, intitulada “A África que pretendemos”, onde, dentre as diversas aspirações, está a boa governação, a democracia, o respeito pelos direitos humanos, a justiça e os

Estados de direito, segurança e paz, que recaem na esfera dos Provedores de Justiça e Mediadores de África.

Reafirmo, aqui, que nós, Provedores de Justiça, temos a necessidade, como instituição, de desenvolvermos mecanismos para combater o neocolonialismo e o colonialismo, acrescentando que as instituições Provedores de Justiça deverão unir-se, para contribuir para a realização da Agenda da U.A. 2063, combatendo a pobreza, a dependência da ajuda externa, a falta de saúde e outras questões do género.

As instituições Provedores de Justiça devem ser regeneradas, visto que são subvalorizadas pelas questões apontadas a seguir: falta de independência e autonomia, ameaças de segurança dos Provedores de Justiça, violação da imunidade de responsabilidade pessoal, condições de acessibilidade dos seus serviços por parte dos cidadãos e recursos limitados”.



Secretária Geral da AOMA e Provedora de Justiça da República do Quênia, Dra. Florence Kajuju.

“As reuniões regionais são pertinentes para o fortalecimento da nossa associação, a AOMA.

A existência da instituição Provedor de Justiça é tão importante, na medida em que é só justificada, tendo em conta o desenvolvimento global, presente em 46 países no continente africano e em 150 países a nível

mundial, tornando-se globalmente uma das instituições com maior crescimento mundial.

Deixo os meus elogios ao Representante da AOMA para a Região da África Austral, pelo nível de organização do evento, que assenta na descentralização dos trabalhos da AOMA e, em última análise, dando, assim, com o tipo de descentralização, avanços para o desenvolvimento da instituição Provedor de Justiça em África".

INÍCIO E DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS



Sua Excelência, o Provedor de Justiça da República de Angola, Dr. Carlos Alberto Ferreira Pinto

Durante os três dias de trabalho foram discutidos diversos assuntos relacionados com a situação que a região enfrenta e da AOMA, tendo em consideração a agenda proposta e aprovada pelos membros da Região para a África Austral presentes.

Da referida conferência resultaram as seguintes conclusões:

Que a AOMA submeta o seu plano estratégico aos potenciais patrocinadores, com vista à arrecadação de recursos financeiros para a Associação;

Que os membros da AOMA se inscrevam, com a maior brevidade possível, junto do AORC, no sentido de serem acauteladas todas as condições da participação na Primeira Feira Internacional dos Ombudsmen ou Provedores de Justiça de África, que terá lugar em Abuja, Nigéria, de 28 a 31 de Outubro do ano em curso, para cuja realização está encarregado o AORC, prevendo-se, também, com esse acto, a realização do Comité Executivo da AOMA;

Que a AOMA crie um grupo do Whatsapp, no sentido de facilitar a comunicação entre os membros da Região da África Austral;

Que as reuniões regionais sejam realizadas, no mínimo, uma vez por ano, rotativamente, tendo sido proposta a realização da segunda conferência, em Maputo, intenção manifestada pelo Provedor de Justiça de Moçambique, o qual referiu que até Dezembro do ano em curso já poderá ter a confirmação para acolher a conferência;

Que o AORC elabore um programa de formação para outras instituições, a fim de que possam apreciar e entender o trabalho dos Provedores de Justiça.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO



Discurso de encerramento proferido pelo Provedor de Justiça-Adjunto da República do Botswana, Dr. William Seatle Keobame Moncho

Ao encerrar o acto Sua Excelência o Provedor de Justiça-Adjunto do Botswana, em representação do Provedor de Justiça, agradeceu pela presença de todos na Primeira Conferência da AOMA da África Austral, na esperança de, futuramente, haver sessões do género em que serão discutidos assuntos da própria região e regenerar-se, com vista à elevação da Associação dos Provedores de Justiça e Mediadores de África, para um nível bem mais alto.

FOTO DE FAMÍLIA DOS PROVIDORES DE JUSTIÇA DA ÁFRICA AUSTRAL



Provedores de Justiça da África Austral, Altos Funcionários da AOMA, Técnicos do AORC e Funcionários das Provedorias de Justiça Presentes na Conferência

PROGRAMA DA CONFERÊNCIA

PRIMEIRO DIA, 5 DE AGOSTO DE 2019

Chegada – Todos os participantes

SEGUNDO DIA, 6 DE AGOSTO DE 2019

08h00 - 09h00 - Registo – Todos os participantes

09h00 - 09h05 - Momento de oração - Voluntários

09h05 - 09h15 - Introdução - Director dos Serviços Técnicos

09h15 - 09h30 - **Discurso de boas vindas - Provedor de Justiça Adjunto – W. Moncho**

09h30 - 09h45 - Discurso de abertura - Ministro para os Assuntos Presidenciais, Governação e Administração Pública, Dr. Nonfo Molefhi

09h45 - 10h00 - Discurso do Representante Regional da AOMA - Provedor de Justiça da República do Botswana – Dr. Augustine N. Makgonatsotlhe

10h00 - 10h15 - Discurso da Presidente da AOMA - Public Protector da África do Sul, Dra. Busisiwe Mkwebane

10h15 - 10h45 – Pausa para o café – Todos os participantes

10h45 - 12h30 - Assuntos Regionais

12h30 - 14h00 - Almoço – Todos os participantes

14h00 - 16h30 - Assuntos Regionais

16h30 - 17h00 - Revisão do dia - Director dos Serviços Técnicos

17h00 - 17h10 - Encerramento - Mestre de Cerimónia

19h00 - Jantar de boas vindas

TERCEIRO DIA, 7 DE AGOSTO DE 2019

08h00 - 08h30 – Registo - Todos os participantes

09h00 - 09h15 - Momento de oração - Voluntários

09h05 - 09h20 - Revisão do dia anterior - Director dos Serviços Técnicos

09h30 - 10h30 - Encontro regional e **comprometimentos** - Director dos Serviços Técnicos

10h30 - 11h00 – Pausa para o café – Todos os participantes

11h00 - 12h00 - Resoluções e **responsabilidades** - Director dos Serviços Técnicos

12h00 - 12h15 - **Votos de Agradecimentos - Provedor de Justiça de onde**

12h00 - 12h30 - Encerramento - Mestre de Cerimónia

12h30 - 13h30 - Almoço – Todos os participantes

14h00 - 18h00 - Excursão – Provedores de Justiça

15h00 - 18h00 - Parque Nacional de Mokolodi

QUARTO DIA, 8 DE AGOSTO DE 2019

Partida - Todos os participantes.

COMUNICADO DE IMPRENSA

Para divulgação imediata

A Conferência Regional da África Austral da AOMA expressa preocupação com as ameaças à independência da instituição Provedor de Justiça em África.

Gaborone, Quarta-Feira, 7 de Agosto de 2019 - Os Líderes regionais da Associação dos Provedores de Justiça e Mediadores de África (AOMA), na África Austral, expressaram preocupação com as difíceis condições de trabalho experimentadas nos últimos tempos, por algumas Provedorias de Justiça e instituições similares, na região.

Os Líderes reflectiram sobre os desafios operacionais enfrentados por tais instituições, durante sua reunião de três dias, aqui, nesta semana, sob o tema "Revitalização das Instituições Provedor de Justiça na África Austral".

Os Líderes reiteraram a independência da instituição Provedor de Justiça e afirmaram as Normas Mínimas do OR Tambo para uma Provedoria de Justiça eficaz e de cooperação, que a AOMA adoptou em Kempton Park, África do Sul, na Primeira Cimeira dos Provedores de Justiça Africanos, em 2014.

Os Padrões Mínimos exigem a independência, autonomia, condições de serviço e segurança do mandato, para que os responsáveis por tais instituições sejam salvaguardados no interesse da responsabilidade do sector público. Eles também estabelecem que a Provedoria de Justiça e instituições similares devem ter recursos suficientes para aumentar a sua eficácia.

As garantias de independência a este respeito significam que as Provedorias de Justiça ou instituições similares não devem ser sujeitas a qualquer interferência nem intimidação e não devem ter falta de recursos. Tais instituições também não devem trabalhar sob condições que interfiram na sua capacidade de exercer os seus poderes e funções sem medo, favor ou preconceito em termos dos seus mandatos constitucionais ou estatutários.

Os recentes desenvolvimentos na região, que foram discutidos durante o encontro, foram citados com extrema preocupação como exemplos de casos em que a independência do Provedor de Justiça e instituições similares foram ameaçadas.

Embora aceitando que tais instituições exercem o poder público, não estão acima do escrutínio e devem ser responsabilizadas.

Os Líderes regionais tiveram uma visão obscura das ameaças à independência das instituições do Provedor de Justiça na região, pois podem prejudicar gravemente o funcionamento dessas instituições.

Os Líderes regionais observaram, ainda, que tais instituições desempenham um papel fundamental na responsabilização dos governos, com vista a promover e consolidar a boa governação, o estado de direito e o respeito pelos direitos humanos.

A reunião regional, na sua resolução, recomendou ao Comité Executivo da AOMA que associe com a União Africana (U.A.), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e Estados individuais para promover a independência das instituições Provedor de Justiça e desistir de práticas que minam a independência e a eficácia dessas instituições.

O artigo 15º da Carta Africana U.A., de 2011 sobre Democracia, Eleições e Governação prevê o estabelecimento, apoio e eficácia do Provedor de Justiça e instituições similares, que apoiam a democracia, o Estado de direito, a boa governação e o constitucionalismo.

Fim!

Emitido pela Associação dos Provedores de Justiça e Mediadores Africanos
.....

Hon. Augustine Makgonatsothe

Coordenador Regional:

(AOMA) Região da África Austral
.....

Hon. Florence Kajuju

Secretário-geral da (AOMA)
.....

Hon. Martha Chizuma

Tesoureira da (AOMA)